

**3ª VARA FEDERAL DA  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE  
RONDÔNIA**

**SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

1 - O direito de ter direitos se tornou, de fato, subordinado ..I.. domínio do mercado, com o risco progressivo de se cancelar qualquer forma de respeito ..II.. pessoas. Transformando os seres humanos em mercadoria e dinheiro, esse mecanismo econômico perverso deu vida ..III.. um monstro impiedoso e apátrida, que acabará por negar ..IV.. futuras gerações qualquer forma de esperança. (Adaptado de: ORDINE, Nuccio. A utilidade do inútil. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p.11)

Preenchem corretamente as lacunas I, II, III e IV, na ordem dada:

- a) ao – às – à – às.
- b) o – as – à – as.
- c) ao – as – a – às.
- d) o – às – a – as.
- e) ao – às – a – às.

2 - Os termos em **negrito** estão substituídos, de acordo com a norma-padrão, em:

a) viu **a águia** – viu-la

b) avistou **um escaravelho** – avistou-no

c) **fez uma bola** – fê-la

d) devorou **a lebre** – devorou-lhe

e) fazem **o ninho** – fazem-lhe

3 - Está correta a **redação** deste livre comentário:

- a) Quando não se controlam a propagação de construções próximas a mananciais, permitindo que sejam feitas de modo indiscriminado, isso pode ameaçar a bacia de águas medicinais.
- b) É de se deduzir que se frustra um turista cujas condições climáticas impeçam-no de usufruir das atividades ao ar livre.
- c) No convívio dos hotéis, é comum que se veja pessoas esbarrarem umas nas outras e cometerem pequenos deslizes referentes as normas sociais.
- d) Há aqueles que se sentem desgostosos com a ampliação de apartamentos em lugares onde se encontram fontes privilegiadas pela composição de suas águas.
- e) Uma floresta primitiva quando quase desaparecida, deve ser reflorestada, recorrendo-se à espécies nativas naturais.

4 - Está inteiramente adequada a **pontuação** da seguinte frase:

- a) Quem não se dispuser a ler, não leia, embora depois, possa se arrepender.
- b) Nem sempre, as tarefas obrigatórias deixam de ser, ainda assim prazerosas.
- c) Quando ela não nos dá prazer, por obrigatória, ficará da leitura, provavelmente, algum rancor.
- d) Ainda que você não goste, do início de um livro, insista, pois quem sabe assim, algo se revele.
- e) Embora ele relute, em ler romances, tem imaginação suficiente, para vir a gostar deles.

5 - Existe uma enfermidade moderna que afeta dois terços dos adultos. // Essa enfermidade é a privação de sono crônica, que vem crescendo na esteira de dispositivos que emitem luz azul. (1º parágrafo)

As frases acima estão reescritas em um único período, com correção e coerência, do seguinte modo:

- a) Afetam dois terços dos adultos a privação de sono crônica, uma enfermidade moderna, que tem crescido na esteira dos dispositivos que emitem luz azul.
- b) Uma enfermidade moderna, à qual afeta dois terços dos adultos, é a privação de sono crônica, que tem crescido na esteira de dispositivos que emitem luz azul.
- c) A enfermidade moderna, que vem afetando dois terços dos adultos e crescendo na esteira de dispositivos dos quais emitem luz azul é a privação de sono crônica.
- d) Tem vindo crescendo junto aos dispositivos que emitem luz azul, a privação de sono crônica: uma enfermidade moderna, que afeta dois terços dos adultos.
- e) A privação de sono crônica, uma enfermidade moderna que vem crescendo na esteira de dispositivos que emitem luz azul, afeta dois terços dos adultos.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

6 - O princípio fundamental da Constituição que consiste em fundamento da República Federativa do Brasil, de eficácia plena, e que não alcança seus entes internos é:

- a) O pluralismo político.
- b) A soberania.
- c) O conjunto dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) A prevalência dos direitos humanos.
- e) A dignidade da pessoa humana.

7 - A respeito das normas constitucionais, estas podem ser classificadas de diversas formas, tendo em vista a sua eficácia e aplicabilidade. Nesse sentido, “aponta Konrad Hesse que a força normativa da Constituição depende das possibilidades de sua realização abertas pela situação histórica, bem como da vontade constante dos implicados no processo constitucional de realizar os conteúdos da Constituição” (Gilmar Mendes). Essa modalidade de norma constitucional é pautada pela característica da:

- a) Ineficácia da norma constitucional.
- b) Norma irreal.
- c) Sanção imperfeita.
- d) Norma programática.
- e) Sanção meramente formal.



8 - No tocante ao tema conceito de constituição, existem pensadores e doutrinadores que formularam concepções de constituição segundo seus diferentes sentidos. Conseqüentemente, é correto afirmar que Ferdinand Lassale, Carl Schmitt e Hans Kelsen estão ligados às concepções de constituição, respectivamente, nos sentidos:

- a) Substancial, material e formal.
- b) Sociológico, político e jurídico.
- c) Pluralista, social e transcendental.
- d) Pactual, contratualista e compromissório.
- e) Ideológico, garantista  e positivista.

9 - No que concerne aos princípios constitucionais, explícitos e implícitos na Constituição Federal de 1988, aplicáveis à Administração pública, tem-se:

- a) A prevalência do princípio da moralidade sobre todos os demais princípios, podendo ser invocado para afastar, em situações de restrição de direitos individuais, os princípios da razoabilidade e da legalidade estrita.
- b) Que o princípio da legalidade impede a edição de atos normativos pelo Poder Executivo, salvo no estrito âmbito do poder regulamentar, apenas nos limites para fiel execução de lei.
- c) Que o princípio da eficiência aplica-se, de forma autônoma, exclusivamente às entidades sujeitas ao regime jurídico de direito privado, aplicando-se às entidades de direito público apenas em caráter subsidiário.
- d) Como decorrência do princípio da razoabilidade, a possibilidade de afastamento do princípio da legalidade quando presentes razões de interesse público, devidamente comprovadas.
- e) Que a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na prática de atos discricionários pela Administração demanda a adequação entre meios e fins de forma a evitar restrições desnecessárias a direitos individuais.

10 - De acordo com a Constituição Federal, Art. 37, a administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá a cinco princípios básicos. Sendo assim, os atos administrativos devem ser imparciais, impedindo privilégios, interesses e discriminações e assegurando a defesa do interesse público sobre o privado. Esse conceito refere-se a qual princípio?

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

# DIREITO ADMINISTRATIVO

11 - Referente ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) Considerando a atuação do Poder Público com supremacia em face do particular contratado, pode-se indicar a verticalidade como característica inerente aos contratos administrativos.
- b) As fundações públicas regidas pelo direito público são entidades pertencentes à administração direta e que se submetem ao regime integralmente público, valendo-se de todas as prerrogativas da Administração Pública.
- c) É da natureza da empresa pública ter capital misto, parte público e parte privado, devendo a maioria do capital votante estar concentrada nas mãos do poder público.
- d) Ainda que na gestão sucessora sejam tomadas todas as medidas cabíveis, pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município em cadastros restritivos fundada em irregularidades na gestão anterior, tendo em vista o princípio da impessoalidade do serviço público.
- e) Destaca-se, dentre outras características, que todo contrato administrativo é de adesão, real, comutativo e aleatório.

12 - De acordo com as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa representar ao Tribunal de Contas, para a fiscalização das contas e decretação da indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) As disposições da lei em questão não são aplicáveis àquele que não for agente público.
- c) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar à Polícia Federal, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- d) Atos de improbidade administrativa são aqueles praticados exclusivamente por servidores públicos.
- e) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

# DIREITO PENAL

13 - Não há crime sem lesão efetiva ou ameaça concreta ao bem jurídico tutelado. Tal enunciado refere-se ao princípio da

- a) proporcionalidade.
- b) intervenção mínima.
- c) ofensividade.
- d) bagatela imprópria.
- e) alteridade.

14 - Sobre a prescrição, é correto afirmar que

- a) o oferecimento da denúncia ou queixa é causa interruptiva da prescrição.
- b) o prazo da prescrição da pretensão executória regula-se pela pena aplicada na sentença, aumentado de um terço, se o condenado for reincidente.
- c) no caso de concurso de crimes, as penas se somam para fins de prescrição.
- d) é reduzido de metade o prazo de prescrição quando o agente for menor de 21 anos na data da sentença.
- e) no caso de fuga ou evasão do condenado a prescrição é regulada de acordo com o total da pena fixada na sentença.

15 - Pretendendo matar seus dois irmãos Mévio e Caio e, com isso, garantir-se como único herdeiro de seus ricos pais, Tício se aproveita do fato de Mévio e Caio estarem enfileirados e efetua um único disparo de fuzil em direção a estes, sabendo que, pelo potencial lesivo do material bélico, aquele único tiro seria suficiente para causar a morte dos dois colaterais, o que efetivamente ocorre. Descobertos os fatos, caberá ao Promotor de Justiça oferecer denúncia contra Tício pela prática de dois crimes de homicídio qualificado em

- a) concurso material, diante dos dois resultados mortes, devendo as penas serem somadas;
- b) concurso formal próprio, devendo a pena de um deles (mais grave) ser aumentada;
- c) concurso formal impróprio, devendo a pena de um deles (a mais grave) ser aumentada;
- d) concurso formal impróprio, devendo as penas serem somadas;
- e) continuidade delitiva, devendo a pena de um deles (a mais grave) ser aumentada.



16 - Retardar, indevidamente, prática de ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, corresponde aos seguintes tipos de crime e de pena, respectivamente:

- a) peculato – reclusão
- b) estelionato - reclusão
- c) concussão – detenção
- d) corrupção ativa – reclusão
- e) prevaricação – detenção

17 - Conforme a Lei N.º 11.343/06, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É indispensável, para a materialidade do delito de tráfico de drogas, que o agente esteja exercendo a venda da substância entorpecente proibida.
- b) Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.
- c) Tratando-se do crime de porte de drogas para consumo pessoal, não se imporá prisão em flagrante, devendo o autor do fato ser imediatamente encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado e providenciando-se as requisições dos exames e perícias necessários.
- d) Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- e) A destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

18 - Nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do Supremo Tribunal Federal, só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. Durante o parto, em relação às mulheres grávidas, o uso de algemas.

- a) poderá ser substituído por medicamentos que tornem inviável a fuga da mulher grávida.
- b) deverá ser justificado por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade.
- c) é vedado pelo Código de Processo Penal.
- d) não é vedado pelo Código de Processo Penal, mas não é admitido por razões humanitárias.
- e) é permitido em caso de prisão em flagrante delito ou decretada por autoridade judiciária competente.

19 - De acordo com o Código de Processo Penal, são medidas cautelares diversas da prisão:

- I. Comparecimento periódico em juízo, no prazo de a cada 6 meses e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.
- II. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, a critério do juiz, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.
- III. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

20 - Da decisão que determinar a desinternação do inimputável caberá

- a) agravo em execução, que será recebido com efeito suspensivo.
- b) agravo em execução, que será recebido sem efeito suspensivo.
- c) recurso em sentido estrito, que será recebido com efeito suspensivo.
- d) recurso em sentido estrito, que será recebido sem efeito suspensivo.
- e) Apelação.

21 - Assinale a alternativa cuja pena, hipoteticamente, atrairia a competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.099/95.

- a) Detenção de 1 a 3 anos.
- b) Prisão simples de 2 a 4 anos, e multa.
- c) Detenção de 2 a 4 anos, e multa.
- d) Reclusão de 1 a 3 anos, e multa.
- e) Reclusão de 1 a 2 anos.

22 - Em processo de natureza incidental, foi formulado contra Luiz, investigado por corrupção e lavagem de dinheiro, pedido de sequestro dos seus bens, nos moldes do previsto no Código de Processo Penal. O pedido foi deferido. Para impugnar a referida decisão, a medida processual a ser adotada por Luiz junto ao tribunal de justiça é :

- A) o recurso em sentido estrito.
- B) o mandado de segurança.
- C) o *habeas corpus*.
- D) a apelação.
- E) o embargo.

# DIREITO CIVIL

23 - Quanto aos negócios jurídicos, assinale o item correto.

- a) Na situação em que uma pessoa, por inexperiência, se vincula a uma obrigação de compra de um imóvel pelo triplo do valor de mercado, fica caracterizada a coação como defeito do negócio jurídico.
- b) Suponha-se que João e Maria tenham simulado negócio jurídico. Nesse caso, esse negócio jurídico simulado será nulo, mas o negócio que se dissimulou subsistirá, se for válido na substância e na forma.
- c) Será viável a anulação de transmissão gratuita de bens por caracterização de fraude contra credores, ainda que a conduta que se alegue fraudulenta tenha ocorrido anteriormente ao surgimento do direito do credor.
- d) O negócio jurídico praticado por uma pessoa absolutamente incapaz poderá ser convalidado por meio da conversão do negócio jurídico, da confirmação das partes ou do convalescimento temporal.
- e) São nulos de pleno direito os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.



# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

24 - Acerca do sistema recursal no processo civil, assinale o item correto.

- a) Será considerado intempestivo o recurso de apelação interposto antes da publicação da sentença.
- b) A desistência de recurso é ato bilateral, dependendo da anuência da parte contrária, quando houver sido interposto recurso adesivo ou quando já apresentadas as contrarrazões ao recurso.
- c) O *amicus curiae* possui legitimidade para interpor recurso ordinário constitucional nas causas entre organismo internacional e pessoa domiciliada no país, assim como para interposição de recurso especial ou extraordinário contra acórdão de tribunal que tiver julgado incidente de resolução de demandas repetitivas.
- d) Contra a sentença que decidir somente uma parte do processo com fundamento na prescrição, caberá agravo de instrumento.
- e) O rol do art. 1.015 do CPC, que prevê hipóteses de cabimento do recurso, é taxativo, sendo, portanto, incabível a interposição de agravo de instrumento mesmo que verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento de questão no recurso de apelação.

25 - De acordo com as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil acerca das partes e seus procuradores, do juiz, dos auxiliares da justiça e do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- a) A procuração geral para o foro, concedida pela parte a seu advogado, habilita o procurador a receber citação em nome do réu que assiste e, se for o caso, a oferecer contestação.
- b) Suponha-se que determinada decisão judicial tenha sido descumprida dolosamente pela autoridade administrativa competente de uma autarquia federal. Nesse caso, o procurador autárquico do feito também poderá ser responsabilizado por ato atentatório à dignidade da justiça e submetido à multa de 20% sobre o valor da causa.
- c) Ninguém poderá pleitear, em seu próprio nome, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- d) O advogado não poderá renunciar ao mandato, uma vez que a sua revogação pode ocorrer somente por vontade da parte.
- e) Caso a parte seja beneficiária da gratuidade de justiça, será eximida da responsabilidade referente às despesas processuais e aos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.